

# Emenda Uequed ameaça

A proposta reintegra servidores civis e militares

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 6 de outubro de 1985 5

## convocação da Constituinte

exonerados após 64, e está anexada à emenda Sarney

RUY FABIANO  
Da Editoria de Política

Os efeitos são tão bombásticos, entre os militares, quanto os da reabertura do inquérito do Riocentro. Só que, de quebra, põem em risco a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Trata-se da emenda que estende os benefícios da Lei da Anistia aos servidores civis e militares, exonerados de suas funções após 64. A emenda os reintegra, indeniza e garante-lhes as promoções a que teriam direito ao longo do período em que estiveram afastados. Detalhe: a proposta, de autoria do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), está anexada à emenda Sarney, que convoca a Assembleia Constituinte para o próximo ano.

Os militares não aceitam a emenda Uequed. E o seu autor não a retira. O Governo quer ver aprovada a emenda da Constituinte — ele e todo o Congresso, ainda que com divergências formais. O certo é que, acoplada à emenda da Anistia, a Constituinte não passa. E não passa por uma decisão de Governo, a que não estão indiferentes os dois mais importantes partidos de oposição: PDS e PDT. O PDS, por motivos óbvios: é ainda o partido com maiores ligações no meio militar, fruto de uma convivência de mais de 20 anos. O PDT, porque seu líder maior, Leonel Brizola, não quer obstáculos ao seu projeto político. Em nome de uma boa convivência com os militares, ele topa tudo: inclusive "anistiar" os casos Baumgarten e Riocentro.

O problema maior está justamente dentro do PMDB, onde a facção mais à esquerda não transige. Some-se a isso a pressão intensa que esses servidores punidos vêm exercendo sobre os parlamentares da esquerda peemedebista, tradicionais defensores da tese que agora se consubstancia em emenda constitucional. "Quem poderia votar contra a anistia?", reconhece o deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da emenda da Constituinte. Ele vive momentos de desconforto e tensão: cabe-lhe dar parecer a ambas as iniciativas e submetê-las à comissão mista do Congresso, antes da votação final em plenário.

Até aqui, trabalhou só. E as pressões vinham de todos os lados: dos servidores punidos, dos chefes militares, dos seus colegas, do Governo. Foi se sentindo esmagado por esse turbilhão e pediu socorro ao deputado Ulysses Guimarães. Agora — somente agora — conta com um aliado de peso. Este fim de semana, Ulysses, junto com o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, vai a Sarney levar uma radiografia da situação.

### LEÔNIDAS

Concretamente, a situação é clara: as Forças Armadas não aceitam em hipótese alguma reintegrar

os militares cassados pelo golpe de 64. Isso foi dito com todas as letras pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ao deputado Bierrembach. O ministro, após conversar longamente com o deputado esta semana — expondo-lhe todas as razões dos militares —, enviou-lhe assessores parlamentares das três Armas para explicações mais detalhadas. E para deixar claro o seu interesse na questão, disse: "Se o senhor não for convencido por eles (os assessores), volte aqui para conversarmos novamente".

Aparentemente, os argumentos de Leônidas sensibilizaram o deputado. Disse-lhe o ministro que a reintegração dos punidos custaria aos cofres públicos, somente dentro do Exército — que, segundo ele, é a força que puniu menos oficiais —, a vultosa quantia de Cr\$ 3 trilhões. O secretário-geral do Comitê Nacional de Coordenação da Anistia Ampla Geral e Irrestrita (a entidade que fala pelos punidos), ex-segundo-tenente da Marinha Paulo Henrique Ferro Costa, contesta esses dados. E afirma: se todos forem indenizados, nas três Forças, o ônus da União será de exatos Cr\$ 2,2 trilhões.

Bierrembach não discute esses dados. Mas lembra que o aspecto pecuniário é realmente problemático. Segundo ele, somente na prefeitura de Porto Alegre os punidos são em tal número que a indenização quebraria o Tesouro municipal.

O problema, porém, não é apenas esse. E esse problema — o dinheiro — afinal não justificaria a sonegação de um direito. Os militares temem o retorno dos

punidos — que representam basicamente a facção nacionalista das Forças Armadas — pela liderança natural que exerceriam sobre a oficialidade jovem. Além da aura de martírio que a punição política produz, teriam a seu favor o desgaste natural das atuais lideranças, que exprimem um regime que não deu certo.

O ministro Leônidas mencionou outros aspectos: a indisciplina, natural pelo tempo em que estiveram afastados do ritual da vida castrense e a desatualização em termos das práticas militares mais modernas. Esse raciocínio sustenta a tese de que, nesses 20 anos, a atividade militar modernizou-se como nunca. E mesmo para os que estão na ativa é difícil manter-se em dia. Esses punidos, uma vez reintegrados, seriam alçados a postos de comando, onde sua desatualização produziria efeitos desastrosos para a instituição.

O Comitê da Anistia, através de Paulo Ferro, contesta: a maçoia maioria dos punidos seria reintegrada e, simultaneamente, posta na reserva. E cita números: são 7 mil 487 militares punidos; somente 783 foram parcialmente beneficiados pela Lei da Anistia. Destes, apenas 88 ficariam no serviço ativo — e ainda assim por no máximo quatro anos. Os demais iriam para a reserva remunerada. Destaca-se um detalhe: entre os punidos que pedem anistia estão 22 ex-combatentes da FEB. Para os militares, um detalhe constrangedor.

### NEGOCIAÇÕES

Bierrembach entendeu que está numa sinuca. Co-

mo peemedebista histórico, não pode negar seu apoio à anistia. Mas como membro de um partido que está no poder, o PMDB, não pode manter-se indiferente a questões que afetam a estabilidade do regime. Resultado: pediu socorro a Ulysses e joga todas as suas esperanças na capacidade de negociador do presidente do PMDB.

Bierrembach, a princípio, pensava apenas em concentrar-se no tema da Constituinte. Ele diverge da proposta de Sarney, que convoca o Congresso Constituinte. Ele quer uma Assembleia autônoma, desvinculada das funções ordinárias do Congresso. Essa polêmica já seria suficiente para absorver-lhe todas as energias — já que nem a sua, nem a de Sarney contam, hoje, com os dois terços necessários dos votos dos parlamentares.

A emenda Uequed, porém, atropelou esse debate acadêmico e pôs lenha na fogueira. Antes que surgisse alguma saída, outra proposta similar à de Uequed foi apresentada à Câmara: trata-se da emenda Hélio Duque, que anistia, indeniza e coloca na reserva todos os servidores militares punidos após 64. A emenda não é original: já foi apresentada no Governo passado e fulminada pelas pressões militares. Seu autor: o então deputado Célio Borja, hoje todo-poderoso assessor extraordinário do presidente Sarney.

Borja não fala sobre a proposta. Mas o Palácio já emitiu recados claros aos seus aliados parlamentares: a emenda é inaceitável. Se apesar disso chegar a plenário, a saída é uma só: negar quorum. Mas, ainda, dança também a Constituinte.

ANC 88  
Pasta 10/85-1  
056/1985